

O Grupo Sociedade Civil Agenda 2030 e o projeto neoliberal para as políticas educacionais brasileiras

**O Grupo Sociedade Civil Agenda 2030
and the neoliberal project for Brazilian educational policies**

**El Grupo de la Sociedad Civil Agenda 2030
y el proyecto neoliberal para las políticas educativas brasileñas**

Dênerly Alicy Martinho da Silva  

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Jociene Araujo Lima  

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Emanuela Rutila Monteiro Chaves  

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral analisar, sob o fundamento da ontologia de Marx, o monitoramento da Agenda Global de Educação 2030, efetuado pelo Grupo Sociedade Civil Agenda 2030. A pesquisa apresenta uma natureza bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, fundamentada na crítica marxista. Na pesquisa bibliográfica utilizamos os escritos de Chaves (2019), Shiroma e Evangelista (2014), Fontes (2020), Pereira e Pronko (2014) para elaborar uma crítica aos aparelhos privados de hegemonia empresarial que compõem o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil da Agenda 2030. Concluimos que os aparelhos privados de hegemonia empresarial presentes na Agenda 2030 perpetuam a reprodução do capital e suas contradições estruturais.

Palavras-chave: Agenda Global de Educação 2030. GTSC A2030. Hegemonia empresarial.

Abstract

The general objective of this paper is to analyze, based on Marx's ontology, the monitoring of the Global Education Agenda 2030, carried out by the Agenda 2030 Civil Society Group. The research is bibliographical and qualitative in nature, based on Marxist criticism. In the bibliographic research, we used the writings of Chaves (2019), Shiroma and Evangelista (2014), Fontes (2020), Pereira and Pronko (2014), to elaborate a critique of the private apparatuses of business hegemony that make up the Grupo Trabalho e Sociedade Civil da Agenda 2030. We conclude that the private apparatuses of business hegemony present in the Agenda 2030 perpetuate the reproduction of capital and its structural contradictions.

Keywords: Global Education Agenda 2030.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo general analizar, a partir de la ontología de Marx, el seguimiento de la Agenda Global de Educación 2030, realizado por el Grupo Agenda 2030 de la Sociedad Civil. La investigación presenta un carácter bibliográfico y documental, con un enfoque cualitativo, basado en el marxismo. crítica. En la investigación bibliográfica, utilizamos los escritos de Chaves (2019), Shiroma y Evangelista (2014), Fontes (2020), Pereira y Pronko (2014), para elaborar una crítica a los aparatos privados de hegemonía corporativa que conforman la Sociedad Civil. Grupo de Trabajo de la Agenda 2030. Concluimos que los aparatos privados de hegemonía corporativa presentes en la Agenda 2030 perpetúan la reproducción del capital y sus contradicciones estructurales.

Palabras clave: Agenda Global de Educación 2030. GTSC A2030. Hegemonía corporativa.



1. INTRODUÇÃO

Diante do contexto de crise estrutural do capital, apontado por Mészáros (2011), e da influência do Banco Mundial nas políticas dos países pobres, em conjunto com a agenda internacional da ONU e suas agências especializadas, podemos afirmar, a partir de Chaves (2019), que a Agenda Global de Educação 2030 advém de uma proposta mais ambiciosa de projeto internacional de desenvolvimento, com o objetivo central de adaptar os sistemas educacionais à perspectiva neoliberal de desenvolvimento sustentável e à premissa da privatização mediada por meio do esvaziamento da educação como direito. Diante do compromisso assumido pelos países signatários da Agenda, várias organizações da sociedade civil se alinham aos princípios dessas agências, atuando como entidades locais que buscam monitorar o cumprimento das metas e estratégias, visto que a Agenda prevê a mobilização e recomenda ações, mas não garante a execução destas, colocando a responsabilidade do compromisso de efetivação dela para cada país.

No Brasil, têm sido realizados levantamentos e monitoramentos das possibilidades de concretização das metas estabelecidas na Agenda, bem como das dificuldades enfrentadas no cenário brasileiro para sua implementação. Para isso, várias organizações ditas da sociedade civil têm assumido o protagonismo na condução desse ambicioso compromisso internacional. Um dos grupos que mais tem se destacado neste âmbito é o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030). Este grupo foi criado em setembro de 2014 a partir da colaboração entre ONGs, movimentos sociais, fóruns e fundações que discutiram a Agenda 2030, sob a coordenação da Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais). Suas atividades incluem a análise e a criação de conteúdo para divulgação, controle social e monitoramento, tendo como principal produção o Relatório Luz, documento publicado anualmente, cujo conteúdo apresenta uma visão geral da avaliação das metas e suas respectivas estratégias (GTSC A2030, 2023).

Por conta da centralidade nacional da sua atuação na condução de toda a Agenda 2030 e da sua pluralidade no que se refere à quantidade e à natureza das organizações que a compõem, faz-se necessário uma análise mais depurada dessa organização, tendo em vista que ela visa a implementação de diretrizes internacionais, por meio de ONGs, fundações com ou sem fins lucrativos e outras organizações da sociedade civil que têm desempenhado um papel significativo como representantes dos interesses das frações burguesas mais importantes no rol da definição de políticas sociais (Pereira e Pronko, 2014).

Dessa forma, este trabalho integra os estudos e pesquisas conduzidos no âmbito do projeto de Pesquisa de Fluxo Contínuo/UERN, intitulado: “A Agenda Transnacional de Educação e o Papel dos Agentes Nacionais: Análise do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”. O presente trabalho visa, com base na ontologia de Marx, examinar o acompanhamento da Agenda Global de Educação 2030 realizado pelo GTSC A2030, analisando e refletindo sobre a influência da Agenda 2030 no contexto da educação, com foco na interação entre o capitalismo e as políticas educacionais brasileiras. Em específico, examinaremos como o capital promove e acentua a privatização da educação e a parceria com o setor privado, por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia que se debruçam sobre a Agenda Global de Educação 2030 através da Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Agenda 2030, promovendo ações que influenciam diretamente nas políticas públicas de educação.

2. METODOLOGIA

Essa pesquisa é fundamentada no materialismo histórico-dialético, sistematizado por Karl Marx e Engels, cujas matrizes teóricas são centradas na possibilidade do conhecimento objetivo da realidade histórico-social, articulando universal, particular e singular, a fim de apreender, através da mediação da consciência, a essência do objeto enquanto um concreto de múltiplas determinações. Assim, com a finalidade de atingir o objetivo proposto nesta pesquisa com o auxílio do método dialético, trabalharemos as seguintes categorias: totalidade, mediação e contradição, para investigar categorias específicas da pesquisa ora desenvolvida: Crise Estrutural, Agenda Global de Educação 2030, GT 2030 e Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarial. A pesquisa apresenta natureza bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e utilizará, enquanto referencial teórico, as obras de: Chaves (2019), Shiroma e Evangelista (2014), Fontes (2020), Pereira e Pronko (2014), para analisar a natureza e a funcionalidade do GT 2030. Para contextualizar o atual cenário de reprodução sociometabólica do capital, recorreremos aos escritos de Mészáros (2011) a fim de compreender as raízes e as múltiplas determinações da natureza desumanizadora do capital em meio à sua crise sistêmica.

Estruturamos o trabalho em dois tópicos. No primeiro tópico, trataremos da criação do GTSC A2030 no Brasil e da sua natureza como organização da sociedade civil, analisando seu surgimento, como acontece o monitoramento e como suas diretrizes estão entrelaçadas com as diretrizes das agências do capital. Para tal, utilizamos os escritos de Frigotto (2011), Pronko (2014) e Alvim (2018). Além dos documentos publicados pela Unesco (2015) e o GTSCA 2030 (2020). No segundo tópico, faremos uma investigação das parcerias que compõem o GTSC A2030 e sua influência na definição das políticas públicas de cunho neoliberal no Brasil. Para tal, nos apoiamos nas análises de Tuão (2017), Chaves (2019), Lima e Chaves (2020) e no site da referida organização.

3. ANÁLISE DO GRUPO DE TRABALHO SOCIEDADE CIVIL AGENDA 2030 (GTSC A2030) NO BRASIL: MONITORAMENTO E COOPERAÇÃO COM AS DIRETRIZES DAS AGÊNCIAS DO CAPITAL

Atualmente, contamos com diversas organizações que promovem ações, desde debates, mesas redondas e publicações de relatórios em nível regional, local e internacional sobre o monitoramento da Agenda 2030 no Brasil. Diante da crise estrutural do capital que assola todas as esferas da vida social (Mészáros, 2011), a Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que esse monitoramento é crucial para que os governos de cada país entenda o progresso da implementação da Agenda e os desafios que ela enfrenta. Além disso, a Unesco declara que essas dificuldades podem ser superadas por meio de ações locais, destacando a importância da sociedade civil no processo de busca pela efetivação da Agenda (Unesco, 2015).

Muitas organizações da sociedade civil têm realizado trabalhos de monitoramento dessa Agenda em vários países. No Brasil, destaca-se um grupo em específico: o Grupo de Trabalho e Sociedade Civil Para Agenda 2030 (GTSC A2030). De acordo com Raeder e Menezes (2019) esse grupo tem produzido “Relatórios que, em muitos países, são chamados de Relatório Sombra. No Brasil, a sociedade civil os chama de Relatório Luz (2020, p. 22)”. Isso ocorre porque o grupo responsável por esses relatórios adota o discurso da ONU, afirmando estar ciente das dificuldades enfrentadas pelo país para atingir as metas da agenda. Eles se consideram, não sombras, mas uma luz para despertar



a sociedade para ações individuais locais e para exercer pressão sobre o governo para a efetivação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O GTSC A2030 foi estabelecido a partir das discussões que definiram a Agenda Global 2030, com o objetivo declarado de promover os direitos humanos e combater as desigualdades sociais a nível global. Desde o início de sua atuação, o grupo tem colaborado com organizações da sociedade civil já engajadas e agências do terceiro setor que lideram debates e levantamentos sobre os temas abordados na Agenda 2030. Assim, o GTSC A2030 afirma que busca integrar-se aos debates e acumular conhecimento de todas as esferas da Agenda 2030, incluindo grupos que focam na defesa de direitos em cada nível individual no Brasil (GTSC, A2030, 2017).

O GTSC A2030 foi oficialmente estabelecido em 9 de setembro de 2014, com a missão de monitorar a implementação da Agenda Global 2030. Este grupo surgiu das negociações preparatórias para a agenda, sendo resultado de uma articulação nacional liderada pela Associação Brasileira de ONGs (Abong). Assim, o grupo ganhou aceitação tanto nacional quanto internacional. A Abong visa fortalecer as organizações da sociedade civil, canaliza investimentos e mobiliza parcerias para apoiar novos grupos emergentes no setor nacional. Por meio dessa parceria com a Abong, o GTSC A2030 tem crescido e se articulado com outras ONGs, consolidando sua presença no cenário de monitoramento da Agenda no Brasil. Atualmente, o grupo conta com cerca de 40 membros de diferentes regiões e setores da sociedade civil, abrangendo áreas como: educação, pobreza, meio ambiente, saúde, entre outros, além de comitês internacionais.

Segundo o GTSC A2030, uma de suas principais responsabilidades é fornecer recomendações que possam contribuir para a realização efetiva da Agenda Global 2030 (GTSC A2030, 2019, p. 4). Além disso, o grupo é encarregado de monitorar o progresso dessa agenda em níveis global e nacional. Através desse monitoramento, busca-se estabelecer parcerias que promovam a mobilização da sociedade em torno da importância da agenda, pressionando o governo brasileiro para que cumpra as metas estipuladas. Para alcançar esses objetivos, o grupo tem conduzido estudos baseados no cenário político, ambiental e tecnológico enfrentado pelo Brasil nos últimos anos. Estes estudos realizados pelo GTSC A2030 são compilados em relatórios de monitoramento lançados anualmente desde 2017 e disponibilizados no site da organização.

Antes da publicação dos relatórios, o GTSC A2030 realizou encontros frequentes, incluindo discussões e fóruns de debates, com o objetivo de avaliar a implementação da Agenda 2030 no Brasil. O monitoramento é realizado por seus membros, que exploram dados oficiais, políticas em vigor e informações fornecidas por organizações parceiras, abordando diversas preocupações relacionadas aos ODS no Brasil (GTSC A2030, 2019).

O monitoramento realizado por este grupo é um processo contínuo ao longo do ano, culminando no lançamento para discussão pública por volta do mês de junho, com foco nas mudanças observadas no campo social. Este documento abrange os 17 ODS, fornecendo discussões e dados de pesquisa que revelam o progresso da Agenda 2030 no Brasil ao longo dos anos de implementação. O grupo realiza uma análise abrangente em todas as áreas, destacando um discurso reflexivo em relação às responsabilidades do Estado e das organizações multilaterais na busca por um desenvolvimento sustentável no Brasil, reconhecendo os desafios dessa meta.

Em sua carta de princípios, o GTSC A2030 destaca que sua principal missão é conduzir estudos e debates envolvendo grupos representativos da sociedade civil no Brasil, visando elaborar um documento de monitoramento que enfatize a importância de garantir os direitos da humanidade, conforme delineado pela Agenda Global 2030. A principal fonte de financiamento para essas atividades é a União Europeia, um bloco econômico composto por 27 Estados-membros, que, alinhado às diretrizes neoliberais e diante da globalização do capital, tem como metas centrais o desenvolvimento do mercado europeu e a redução das desigualdades em seus países, expressando preocupações semelhantes em relação ao Brasil. Segundo Alvim (2018, p. 2):

O Desenvolvimento Sustentável também é um objetivo fundamental e abrangente da União Europeia, consagrado no artigo 3º do Tratado da União Europeia. Através do Eurostat pode acompanhar-se regularmente os relatórios sobre a sustentabilidade, estratégia de desenvolvimento e a monitorização do cumprimento dos ODS no contexto da União Europeia (*apud* União Europeia, 2016).

Dessa forma, com o objetivo de monitorar, acompanhar e prestar contas do progresso dos ODS no Brasil, a União Europeia iniciou o financiamento de relatórios que abordam o cenário brasileiro. Esses relatórios são disseminados e discutidos entre os 27 Estados-Membros, todos empenhados na realização dessa agenda. Esse monitoramento, conforme já ressaltado, é coordenado por um conjunto de ONGs, que contribuem com discussões e dados sobre o Brasil para toda a Europa, alinhando-se aos objetivos da ONU e do Banco Mundial. Assim, nos documentos do GTSC A2030, observamos a valorização das diretrizes do Banco Mundial, combinada com a concepção de desenvolvimento sustentável.

O Relatório GTSC A2030 (2019) destaca o ODS1, que visa à erradicação da pobreza, como o objetivo central para o sucesso das demais metas. Esse enfoque reflete a análise e compreensão dos ODS baseados nas diretrizes dos organismos multilaterais para a Agenda Global. Além de abordar a pobreza, o relatório, influenciado pela Unesco, também ressalta o ODS 4, focado na educação, como fundamental para a redução da pobreza e como um meio potencial para alcançar todos os outros ODS. Dessa forma, observamos que o Relatório Luz e seu grupo fundador incorporam as políticas disseminadas por esses organismos multilaterais, que atribuem à educação o papel crucial no fomento da empregabilidade, na competitividade e no desenvolvimento do capital humano, promovendo, assim, o crescimento econômico de países ditos em desenvolvimento ou de renda média (Frigotto, 2002).

Assim, a educação assume um papel central na Agenda 2030, especialmente através do ODS 4, que abrange a educação como um campo capaz de mitigar os impactos causados pela crise do capital. Este ODS inclui diversas metas que visam promover o desenvolvimento humano, facilitar o emprego ou o “trabalho decente” e aumentar a conscientização sobre as mudanças ambientais, estabelecendo-se como um eixo fundamental da Agenda Global das Nações Unidas.

Dessa forma, observamos que as metas dos ODS específicas da educação e redução da pobreza, monitoradas pelo GTSC da Agenda 2030, representam uma continuidade descontínua em relação às metas do Movimento de Educação para Todos (EPT), conforme destacado por Chaves (2019). Isso reflete a concepção neoliberal de educação como um elemento crucial para a superação da pobreza e a realização do desenvolvimento sustentável almejado. Atualmente, o ODS 4 da



Agenda Global desdobra-se em sete metas mensuráveis, exigindo o cumprimento por todos os países comprometidos com a Agenda. A partir dessas metas, cada país deve desenvolver estratégias nacionais específicas, como é o caso do Plano Nacional de Educação (PNE)¹ no Brasil.

Neste contexto, a Unesco argumenta que a atual Agenda de Educação 2030 destaca a importância renovada da educação para alcançar todas as suas metas, enfatizando sua centralidade na sustentabilidade econômica, social e ambiental. Isso reflete uma abordagem subjetivista da educação dentro da agenda, alinhada a um modelo de desenvolvimento sustentável baseado no tripé: econômico, social e ambiental. Em meio à prevalência dos interesses do capital, os Relatórios Luz realizam uma análise das metas dos ODS, enfatizando em todas as suas recomendações a necessidade urgente de promover uma educação de qualidade.

No próximo tópico, analisaremos detalhadamente a natureza das diversas organizações que compõem o GTSC A2030. Este exame nos permitirá compreender melhor a composição estrutural do grupo, identificando as características e motivações de cada entidade participante. Verificaremos como essas organizações, sejam elas de cunho empresarial, governamental ou do terceiro setor, contribuem para a formulação e implementação das políticas educacionais defendidas pelo GTSC A2030. Além disso, discutiremos o impacto dessas parcerias na agenda educacional e como influenciam a direção e os objetivos das iniciativas promovidas pelo grupo.

4. ANÁLISE DAS NATUREZAS DAS ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕEM O GTSC A2030

Antes de iniciarmos a discussão sobre quais organizações compõem o GTSC A2030, assim como sua natureza, asseveramos que Fontes (2020) destaca que o processo de interferência dessas organizações é motivado pelo capitalismo contemporâneo, especialmente observado no Brasil. Embora essas organizações se autodenominem filantrópicas, sua atuação segue uma direção contrária. Segundo Van Til (1990, pp. 33-4), a filantropia é definida como “o processo intencional de ação, serviço e doação de caráter voluntário, cujo objetivo é a geração de um bem público”. Aqui, o importante é a intenção do doador filantropo ou do receptor dessa doação, de servir a um propósito maior para a humanidade por meio de uma contribuição particular de tempo, energia ou dinheiro.

Essa definição enfatiza que a filantropia não se limita apenas à doações financeiras, mas também inclui a contribuição de tempo e esforço para causas que visam o bem público, como é o caso do monitoramento da Agenda 2030. Van Til (1990) destaca a importância da filantropia como um componente crucial do setor sem fins lucrativos e seu papel na promoção do bem-estar social e na resolução de problemas sociais.

Fontes (2021) observa que estudos brasileiros têm demonstrado o avanço do capital sobre os recursos públicos, como educação, saúde e previdência, através de aparelhos privados de he-

¹ A CNDE (2020) destaca em seu documento a forte articulação entre as metas estabelecidas na agenda global de educação e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Segundo o documento da Semana de Ação Mundial (2017, p. 6), “Os ODS não têm natureza legalmente vinculante, o que implica que para serem cumpridos, cada país deve avançar com a Agenda através de políticas locais, promovendo meios para implementá-las no âmbito nacional e respeitando a legislação vigente”.

gemonia, incluindo as “organizações sociais” que se autodenominam filantrópicas. Apenas a categoria de “aparelho de hegemonia” tem alcance suficiente para abrigar as diferentes modalidades organizativas, as tendências diversas que se abrigam no âmbito da sociedade civil, os conflitos que expressam e seu papel na luta de classes e na configuração do Estado capitalista. Os aparelhos privados de hegemonia (APHs) são a expressão de lutas sociais, permeadas pelas condições e posições de classe, por tensões geradas entre sociabilidades diferentes e contrapostas.

Medeiros (2013) argumenta que não existe um capitalismo filantrópico. Sua análise crítica revela que, o que aparenta ser altruísmo tem, na verdade, o objetivo de proteger e promover o capitalismo, mesmo às custas das crises econômicas e sociais que provoca. Os APHs controlam políticas públicas, direcionando recursos e decisões em benefício do capital, ao mesmo tempo em que se apresentam como entidades filantrópicas. Dessa forma, a filantropia no capitalismo pode ser vista como uma manifestação da desigualdade, funcionando como uma forma de validar o sistema ao transformar a produção de desigualdades em uma suposta virtude. Portanto, a filantropia no capitalismo não é uma expressão de generosidade genuína, mas sim uma estratégia para manter e reforçar a hegemonia capitalista, justificando as desigualdades que produz.

Dessa maneira, no cumprimento das diretrizes internacionais, ONGs, fundações sem fins lucrativos, *think tanks* e outras organizações da sociedade civil têm desempenhado um papel significativo como representantes nacionais de interesses corporativos (Pereira e Pronko, 2014), operando como Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarial (Fontes, 2020) na formulação de políticas públicas e na defesa de agendas sociais importantes. Muitas vezes, essas organizações buscam obter financiamento público substancial e estão frequentemente associadas a organismos multilaterais, influenciando diretamente as agendas governamentais e as discussões parlamentares por meio de atividades que favorecem o setor privado.

No caso do monitoramento, controle e execução da Agenda Global no Brasil, vamos analisar o GTSCA 2030, reconhecendo-o como um aparelho privado de hegemonia (APH) que abriga diversas entidades do terceiro setor na promoção e continuidade das ações capitalistas de natureza filantrópica. Fontes (2010) denomina esse aglomerado de “casamatas do capitalismo”, que é a união entre as várias organizações com o objetivo de favorecer predominantemente as organizações empresariais com amplo espectro político e poder econômico. Assim, a crítica ao GTSCA 2030 é que, embora seja organizado e patrocinado por várias entidades trabalhando através de organizações locais para fortalecer o capitalismo, também atua como agente na formulação de políticas públicas e na disputa de importantes questões sociais, buscando uma parte significativa dos recursos públicos.

Além disso, este grupo é identificado como uma organização central na condução das políticas, representando um importante instrumento do capital internacional, muitas vezes vinculado a organismos multilaterais. Ele desempenha um papel crucial nas disputas parlamentares, realizando *lobby* em favor do setor privado. Seu principal produto são os Relatórios Luz, publicados anualmente, que fornecem uma avaliação abrangente das metas e estratégias (GTSCA 2030, 2023).

Esse grupo, em seus relatórios, afirma ser composto por cerca de 50 entidades e mais de 101 especialistas em diversas áreas (GTSCA 2030, 2023). O Relatório Luz (2023) menciona que grupos como ACT Promoção da Saúde, Elsevier, Friedrich-Ebert-Stiftung, Oxfam Brasil e Plan International



Brasil financiam seus relatórios. No entanto, a seção dedicada a apresentar as Organizações da Sociedade Civil e os especialistas que fazem parte dela não são suficientes para ilustrar a extensão territorial, o número de funcionários e a presença dessas organizações empresariais dentro desse grupo, e isso prejudica muito a avaliação e análise do impacto dessas organizações.

Dessa forma, antes de analisarmos as organizações que compõem o grande aglomerado do GTSC A2030, é crucial destacar a relevância das entidades que fornecem dados, relatórios e diretrizes na área educacional, ou seja, para o ODS4, que nos documentos são apontadas como sendo a Ação Educativa e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE). Essas organizações não apenas disponibilizam informações essenciais, mas também propõem políticas e programas que podem ser implementados no Brasil para promover o desenvolvimento sustentável (GTSC A2030).

A CNDE é uma organização que vem elaborando uma crítica que tem tido ampla receptividade, o que leva Tuão (2017) a afirmar que as organizações parceiras aproveitam a vantagem da força política que a CNDE exerce na construção das políticas, para fomentar medidas alinhadas com o ajuste neoliberal.

Neste sentido, é de extrema importância destacarmos essas entidades, tendo em vista que muito do que elas defendem tem sido expresso nos relatórios e documentos que compõem a educação no GTSC A2030. Segundo Tuão (2017), a CNDE foi estabelecida como uma organização nacional da sociedade civil que se conecta com diversas entidades internacionais, contando desde sua criação com a participação de três organizações não governamentais. Dessas, duas são de alcance internacional, como a ActionAid Brasil e a Oxfam International, enquanto uma é nacional, a Ação Educativa.

A CNDE conta com um Comitê Diretivo Nacional composto por 11 instituições, incluindo a Ação Educativa e a Actionaid, ambas participantes do grupo GTSC A2030. A CNDE também destaca em seus documentos a parceria com o Unicef e a Unesco, agências que financiam seus eventos e discussões, fornecendo suporte material para suas iniciativas nas políticas educacionais no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que a Unesco, junto ao sistema ONU, tem sido influenciada pelos interesses do Banco Mundial desde que este se tornou seu principal financiador (Pereira, 2009). Além das conexões com o sistema ONU, a Campanha realiza articulações internacionais com diversas ONGs para monitorar e promover diretrizes internacionais de educação. A Rede Lusófona pelo Direito à Educação (ReLus), envolvida na criação da CNDE, participa ativamente no Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa e no GT Agenda 2030. Segundo Lima e Chaves (2021, p. 10):

[...] mesmo que a CNDE tenha disseminado ao longo do tempo, um discurso de defesa das políticas de educação, conforme os interesses das camadas populares. Todavia, segue a agenda ditada pelos organismos multilaterais e internacionais que atuam dentro da campanha como apoiadores de seus projetos, e tendo como principal objetivo adequar a educação ao alívio da pobreza e a acumulação do capital.

Este viés ideológico da CNDE é disseminado em todas as suas parcerias. Um exemplo semelhante é o da Ação Educativa, que também é parceira do GTSC A2030. A Ação Educativa é uma associação civil, fundada em 1994, que afirma atuar com o objetivo de promover a garantia dos direitos humanos em várias áreas, incluindo a educação. Ela é uma organização composta por diversas instituições empresariais de caráter privatista. Entre seus parceiros estão a Fundação Itaú Social, Ins-

tituto Unibanco, Instituto Rodrigo Mendes, Serviço Social do Comércio (SESC), Banco Itaú, Instituto Natura. A parceria com essas instituições empresariais revela como as políticas são construídas, evidenciando um *déficit* democrático que resulta do processo de privatização de instâncias-chave de produção de políticas por redes de governança, transformando-se no percurso de implementação de reformas educativas através da geração de dados que são convertidos em mecanismos produtores de “insumos para políticas com base em evidências” (Shiroma; Evangelista, 2014, p. 32).

O GTSC A2030 conta com inúmeras organizações parceiras em todos os estados do Brasil, incluindo entidades de cunho regional. É interessante observar que, nos sites e documentos do GTSCA 2030, não há menção explícita a parcerias diretas com entidades privadas e empresariais como, Fundação SM, Instituto C&A, Instituto Natura, ONU Mulheres, Lemann, Ayrton Senna, Instituto Unibanco, e SESC. No entanto, essas entidades têm uma parceria direta com a CNDE e a Ação Educativa, atuando de forma indireta no GTSC A2030, principalmente na área da educação, apoiando financeiramente o desenvolvimento dos projetos da campanha. Muitas dessas instituições são consideradas aparelhos privados de hegemonia, que promovem uma agenda de privatização da educação. Isso coloca o GTSC A2030 em uma posição contraditória, uma vez que se propõe a defender o direito de todos à educação para a emancipação humana, enquanto seus apoiadores, financiadores e organizadores de projetos promovem uma direção oposta à defesa da educação pública e ao direito à educação.

Dessa forma, podemos entender que as organizações que atuam na coordenação geral do GTSCA 2030 têm defendido uma definição específica de direito e qualidade da educação, sistematizando e difundindo no Brasil um projeto elaborado internacionalmente. Fontes (2010) destaca o papel desempenhado pelo terceiro setor mercantil – configurado como entidades do terceiro setor apoiadas pelo mercado –, na construção do que Shiroma e Evangelista (2014, p. 26) chamam de “quase-mercados” dentro da educação.

Os demais grupos de organizações que compõem o GTSC A2030 são descritos por Fontes (2020) como aparelhos privados de hegemonia a serviço do capital, havendo diversas características compatíveis dentro deste grupo. A primeira característica é a longevidade e diversidade. Segundo a autora, “Gerações anteriores de APHs empresariais continuaram a se renovar, novas entidades surgiram enquanto APHs mais antigos foram mantidos” (Fontes, 2020, p. 25). Como exemplos de entidades empresariais longevas que atuam especificamente na área da educação dentro do GTSC A2030, temos mais de uma dúzia delas, incluindo: ActionAid Brasil, Associação Vida Brasil, Abong – Associação Brasileira de ONGs, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Instituto 5 Elementos, Instituto de Desenvolvimento Comunitário e Participação Social (COEP), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Instituto Physis, International Energy Initiative (IEI), Mirim Brasil – Movimento Infantojuvenil de Reivindicação e Ação da Cidadania.

Todas as entidades mencionadas têm uma trajetória de mais de duas décadas de trabalho e são parceiras fundadoras de novas organizações, corroborando com o argumento de Fontes (2020) de que os aparelhos privados de hegemonia capitalista têm se renovado e ganhado espaço ao longo dos anos. Um exemplo é a ActionAid Brasil, que, segundo informações do próprio grupo, faz parte de uma rede internacional de organizações não governamentais dedicadas à justiça social,



igualdade de gênero, combate à pobreza e avanço da educação nos países periféricos. Atuando no Brasil desde 1999, a ActionAid trabalha em mais de 2.400 comunidades, em parceria com organizações locais, em projetos educacionais.

No site, a empresa afirma que este grupo atua como organizador e patrocinador de diversas outras entidades, trabalha através de organizações locais para fortalecer os direitos das pessoas em situação de pobreza, garantindo seu acesso a esses direitos. Tem como financiadores empresas privadas como Petrobras e o Instituto Clima e Sociedade. Segundo a entidade, ela estabelece parcerias tanto locais quanto nacionais e institucionais para esse fim. Nas palavras da organização: “[...] investimos na capacitação das comunidades mais vulneráveis para fortalecer suas estratégias e criar opções para suas vidas. Essas opções são transformadas em políticas públicas que beneficiam um número maior de pessoas em situações semelhantes” (GTSCA 2030).

A própria organização reconhece que sua política exerce um grande poder na definição das políticas públicas, o que demanda uma análise profunda de sua ontologia. Segundo Fontes (2010), no contexto da sociedade capitalista, várias organizações incorporaram práticas filantrópicas voltadas para os pobres, baseadas no voluntariado e na benevolência, apesar da oposição de movimentos sociais, populares e organizações contra-hegemônicas. A ActionAid e outras entidades no GTSC A2030 operam dentro desse cenário, possuindo uma natureza ideológica e política de manutenção da sociedade de classe. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, ocorreu uma mercantil-filantropização das organizações da sociedade civil, que buscavam concretizar agendas associadas ao capitalismo-imperialismo por meio deste discurso filantrópico (Fontes, 2010).

Assim, essas ONGs, citadas como a ActionAid Brasil, Associação Vida Brasil, Abong – Associação Brasileira de ONGs, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Instituto 5 Elementos, Instituto de Desenvolvimento Comunitário e Participação Social (COEP) e muitas outras, desempenham um papel significativo, concebidas como entidades da sociedade civil livres do Estado, vistas como livres de problemas como corrupção, burocracia e ineficiência e possuindo plena liberdade para intervirem nas discussões e rumos das políticas públicas educacionais. Isso as torna estratégicas para o bloco histórico no poder, especialmente atuando em educação, saúde, cultura, esporte, meio ambiente, direitos humanos e formação política de lideranças, além de produzir ações, conteúdos, produtos e práticas conformadas aos interesses burgueses.

Outros pontos importantes a ressaltar é que, conforme destacado por Fontes (2020), atualmente, praticamente todos os principais APHs empresariais brasileiros envolvem empresas e/ou fundações estrangeiras, com uma ampla diversidade de origens nacionais, sendo as estadunidenses predominantes. Além disso, observamos uma significativa expansão no Brasil de fundações e institutos empresariais sem fins lucrativos diretamente ligados a grandes empresas estrangeiras e no caso da GTSC A2030 não é diferente. Como exemplos de entidades empresariais internacionais, mais especificamente estadunidenses que atuam na área da educação dentro do GTSC A2030, temos um grande número delas, incluindo: 350.org Brasil, ActionAid Brasil, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Fundação Friedrich Ebert (FES), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), International Energy Initiative (IEI) e Plan International Brasil.

Entre as entidades mencionadas, destaca-se internacionalmente, o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), uma organização de natureza privada que se dedica a projetos educacionais voltados para o desenvolvimento sustentável. De acordo com seu próprio site, o IEB financia e organiza um extenso portfólio de iniciativas, enfatizando a educação para o desenvolvimento sustentável. A organização já publicou mais de 50 documentos, sistematizando, organizando, publicando e divulgando conhecimento gerado por suas atividades em programas e projetos, em interação com diversos contextos, atores e dinâmicas socioambientais, econômicas e culturais.

Essas organizações, incluindo aquelas que fazem parte da estrutura e financiamento do GTSC A2030, promovem a “Cultura Garantia”, inspirando-se no modelo introduzido por Lemann, Telles e Sucupira. Elas fundamentam a educação na naturalização da meritocracia, utilizando esse discurso como justificativa para a promoção social dos menos favorecidos, com o objetivo de moldar um tipo específico de trabalhador e estudante sem limites de jornada, desprovido de direitos sociais, mas incentivado como um “empreendedor de si mesmo”. Essa premissa não apenas permeia organizações como o IEB mencionado, mas também reflete a própria natureza do GTSC A2030, que em suas recomendações de superação das barreiras para cumprimento da agenda, cita atitudes pessoais que cada indivíduo deve realizar. Salientamos, portanto, que o GTSC A2030, expõe um projeto capitalista de cunho neoliberal, promovendo concepções de educação adotadas pelas agências político-ideológicas do capital e por suas personificações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, na tentativa de analisar o monitoramento da Agenda Global de Educação 2030, efetuado pelo Grupo Sociedade Civil Agenda 2030, a pesquisa revela que os aparelhos privados de hegemonia empresarial presentes na Agenda 2030 desempenham um papel crucial na perpetuação das dinâmicas do capital e de suas contradições estruturais. Destacamos, portanto, que ao examinar, criticamente, e em detalhes a natureza e as atuações das diversas organizações que fazem parte do GTSC A2030, bem como suas parcerias, torna-se claro que o projeto de defesa da educação promovido por esse grupo contraria seu discurso de “não deixar ninguém para trás” (GTSC A2030).

Na prática, observa-se a implementação de um projeto capitalista, de viés neoliberal, que adota abordagens educacionais defendidas pelo Banco Mundial e outras instituições ideológicas privadas. Essas abordagens vinculam a educação ao crescimento econômico e às relações de trabalho precarizadas sob o lema da promoção do empreendedorismo e da empregabilidade, promovendo parcerias público-privadas e avaliando a educação com base em resultados. Essas características do projeto capitalista do GTSC A2030 estão profundamente conectadas com as políticas advogadas pelo movimento empresarial Todos pela Educação no contexto da política educacional brasileira. Essa situação evidencia uma contradição significativa entre os ideais declarados do grupo e a realidade de suas alianças, revelando uma discrepância notável em suas ações.

6. REFERÊNCIAS

ALVIM, Luísa. As Bibliotecas Públicas e a Agenda 2030: a percepção dos profissionais de informação. *In*: nome do evento, cidade do evento. **Anais Atas do 13º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, 2018. P. 2-13. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1752/pdf>. Acesso em: 12 de jan. 2024.



CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Semana de Ação Mundial 2017**. São Paulo: CNDE, 2017, 58 páginas. Disponível em: <https://semanadeacaomundial.org/>. Acesso em: 09 abr.2024.

CHAVES, Emanuela Rútila Monteiro. **Crise estrutural, imperialismo e destrutividade do sistema: Projeto Educativo de (In)Sustentabilidade do Capital na Agenda 2015- 2030**. 2019. 219f.–Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/47458>. Acesso em: 08 jun. 2023.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? Múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Revista Marx e o Marxismo–Revista do NIEP–Marx**, v. 8, n. 14, p. 2-22, 2020. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/351>. Acesso em: 08 jun. 2023.

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos *et al.* **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. EPSJV/UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital–expropriações, mercado e propriedade. **Boletim DATALUTA**, v. 14, n. 159, p. 2-32, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/53147/39816>. Acesso em: 08 jun. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a construção democrática no Brasil – da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petropólis, RJ: Vozes, 2002, p. 10-162.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Síntese**. 2017. Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2017/07/relatorio-luz-gtsc-brasilhlpf2017.pdf>. Acesso em: 23 de novembro de 2019.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **Relatório Luz da Agenda 2030**. 2023. Disponível em: https://gtagenda2030.org.br/wp-content/uploads/2023/10/rl_2023_webcompleto-v9.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **Relatório Luz da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável**. 2019. Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2017/10/relatorio-luz-completo.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

LIMA, Jociene Araújo; CHAVES, Emanuela Rútila Monteiro. A CNDE e as diretrizes internacionais do Banco Mundial. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 3, p. 1-7, p. 1-7, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6665>. Acesso em: 08 jun. 2023.

MEDEIROS, João Leonardo. **A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica**. Niterói, Eduff, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa.–1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 1102 p.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22302>. Acesso em: 23 jun. 2024.

PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela (Org.). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2015, 300p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/9930>. Acesso em: 03 abr. 2024.

RELATÓRIO LUZ DA AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL **síntese II**. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2018/07/relatoriosicc81n.tese_final_download.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

RAEDER, Sávio Túlio Oselieri; MENEZES, Patrícia Miranda. A relação entre interdisciplinaridade e a implementação da Agenda 2030. **Parcerias Estratégicas**, v. 24, n. 49, p. 09-28, 2020. Disponível em: https://seer.cgee.org.br/parcerias_estrategicas/article/view/928/842. Acesso em: 12 mai. 2024.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados**, v. 4, n. 11, p. 21-38, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4359>. Acesso em: 12 jul. 2024.

TUÃO, Renata Spadetti. A Campanha Nacional pelo Direito à educação no Brasil: fundamentos do projeto de concertação nacional. In: XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia. 2017. **Anais** eletrônicos. Brasília, UNB. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502763687_ARQUIVO_RENATA_SPADETTI_TUAO_ST_037.pdf. Acesso em: 04 jan. 2023.

UNESCO. **Educação para todos: o compromisso de Dakar**. Dakar, Senegal: UNESCO, 2000. Disponível em: https://cape.edunet.sp.gov.br/textos/declaracoes/6_Declaracao_Dakar.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

UNESCO. **Marco da educação 2030**: Declaração de Incheon. Incheon, Coreia do Sul: UNESCO, 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por. Acesso em: 11 jul.2023.

VAN TIL, Jon. Defining Philanthropy. In: VAN TIL, Jon *et al.* **Critical Issues in American Philanthropy**. San Francisco: Jossey-Bass, p. 19-38. 1990.

Como citar – ABNT

SILVA, Dêney Alicy Martinho da; LIMA, Jociene Araujo; CHAVES, Emanuela Rutila Monteiro. O Grupo Sociedade Civil Agenda 2030 e o projeto neoliberal para as políticas educacionais brasileiras. **Revista Poiesis Pedagógica**, Catalão/GO, Brasil, v. 22, e2024029, Dezembro, 2024. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v22.74829>

Como citar – APA

Silva, D. A. M. da., Lima, J. A., & Chaves, E. R. M. (2024). O Grupo Sociedade Civil Agenda 2030 e o projeto neoliberal para as políticas educacionais brasileiras. *Revista Poiesis Pedagógica*, 22, e2024029. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v22.74829>

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial

Submetido: 10 de outubro de 2024.

Aprovado: 30 de novembro de 2024.

Publicado: 27 de dezembro de 2024.

Conflito de interesse

Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores

Resumo/Abstract/Resumen: Dênerly Alicy Martinho da Silva; Jociene Araujo Lima; Emanuela Rutila M. Chaves; **Introdução ou Considerações iniciais:** Dênerly Alicy Martinho da Silva; Jociene Araujo Lima; Emanuela Rutila M. Chaves; **Referencial teórico:** Dênerly Alicy Martinho da Silva; Jociene Araujo Lima; Emanuela Rutila M. Chaves; **Metodologia:** Dênerly Alicy Martinho da Silva; Jociene Araujo Lima; Emanuela Rutila M. Chaves; **Análise de dados:** Dênerly Alicy Martinho da Silva; Jociene Araujo Lima; Emanuela Rutila M. Chaves; **Discussão dos resultados:** Dênerly Alicy Martinho da Silva; Jociene Araujo Lima; Emanuela Rutila M. Chaves; **Conclusão ou Considerações finais:** Dênerly Alicy Martinho da Silva; Jociene Araujo Lima; Emanuela Rutila M. Chaves; **Referências:** Dênerly Alicy Martinho da Silva; Jociene Araujo Lima; Emanuela Rutila M. Chaves; **Revisão do manuscrito:** Dênerly Alicy Martinho da Silva; Jociene Araujo Lima; Emanuela Rutila M. Chaves; **Aprovação da versão final publicada:** Dênerly Alicy Martinho da Silva; Jociene Araujo Lima; Emanuela Rutila M. Chaves.

Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Poiesis Pedagógica os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poiesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access

Este artigo é de acesso aberto (**Open Access**) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (**Article Processing Charges – APCs**). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la—ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.

**Licença de uso**

Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.

**Verificação de Similaridade**

Este artigo foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o software de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço **Similarity Check** da Crossref.

**Processo de avaliação**

Revisão por pares duplo-cega (**Double blind peer review**).

Editora

Cláudia Tavares do Amaral

Fomento

O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás.

**Publisher**

Este artigo foi Publicado na **Revista Poiesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão – UFCAT**. A Revista Poiesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2017-2020)** a Revista Poiesis Pedagógica obteve **Qualis B1**.

